

## DIONÍSIO DIAS CARNEIRO E O DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO<sup>1</sup>

Rogério L F Werneck  
25nov2013

Seria muito difícil discorrer sobre três décadas e meia de história do Departamento de Economia da PUC-Rio dentro dos 20 minutos que me foram alocados.

Vou me permitir recortar esse tema tão amplo e me concentrar no passado. Não exatamente nos primórdios, quando o Departamento só oferecia o programa de graduação, criado em 1963, há exatos 50 anos.

Vou focar minhas reminiscências no período que se inicia no final dos anos 70, quando o Departamento passou por transformações que, em poucos anos, lhe permitiram se firmar como um centro reputado de pós-graduação e pesquisa em Economia.

Um período durante o qual Dionísio Dias Carneiro desempenhou papel especialmente importante no Departamento.

Começo por relatar como, nessa época, Dionísio, Chico Lopes e eu viemos parar na PUC-Rio.

Como foi mesmo que três jovens professores, egressos de programas de doutorado nos EUA, aqui aportaram, há 36 anos, em meados de 1977, para criar um novo programa de pós-graduação em economia?

Tendo em vista o projeto que tínhamos em mente, éramos, os três, muito mais jovens do que seria razoável. Dionísio e Chico estavam prestes a completar 32 anos. Eu era ainda mais novo. Acabara de fazer 29 anos.

Hoje parece incrível que, sendo os três tão jovens, a Universidade tenha dado ouvidos às nossas propostas pretensiosas e nos franqueado a possibilidade de criar o programa de pós-graduação em Economia que tínhamos na cabeça.

Aqui chegamos, insatisfeitos com a EPGE/FGV, instituição da qual éramos professores, em busca de condições mais propícias para a manutenção de um programa de pós-graduação em economia.

Tínhamos sido, os três, alunos do programa de mestrado da EPGE/FGV.

---

<sup>1</sup> Palestra proferida no Auditório do RDC, na PUC-Rio, em 25 de novembro de 2013, na cerimônia de lançamento do livro de L. R. Cunha, M. A. Leopoldi e E. Raposo, *Dionísio Dias Carneiro, um humanista cético*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Mas não fomos contemporâneos na EPGE. Quando iniciei meu programa de mestrado, no início de 71, Dionísio e Chico já não estavam. Tinham ido para os EUA em 69. Eu segui a mesma rota três anos depois, em meados de 72.

Quando voltaram do doutorado, Dionísio e Chico tornaram-se professores do programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília, que estava sendo montado por Edmar Bacha.

Mas lá ficaram muito pouco tempo. Cerca de um ano e meio. Acabaram não se adaptando à UnB e decidiram aceitar um convite de Mário Henrique Simonsen (MHS) para voltar ao Rio, como professores da EPGE/FGV.

Foi já como professores recém-contratados da EPGE que os conheci, em meados de 74, quando, em meio ao meu doutorado, vim ao Brasil e fui por eles convidado para também me juntar ao quadro principal de professores da EPGE, a partir de meados de 1975.

Para entender nossa vinda para a PUC em 1977, é importante ter conta o que se passou na EPGE nessa época.

Quando MHS convidou Chico e Dionísio para se tornarem professores da EPGE, ele ainda era diretor da escola.

Mas mal tinham os dois chegado ao Rio, MHS aceitou convite para ser ministro da Fazenda do governo Geisel e teve de se afastar da diretoria.

E a sucessão de MHS na EPGE foi um tanto problemática. MHS tinha Dionísio e Chico na mais alta conta, mas não teve como nomear um deles como seu substituto. Tinham acabado de ser contratados como professores.

De alguma forma, a temporada que os dois passaram na UnB, na volta do doutorado, havia saído cara. A verdade é que “chegaram tarde” à EPGE. E já encontraram a escola ocupada por Carlos Geraldo Langoni e vários outros professores que ele havia acabado de contratar.

Naquela época, havia três canais de acesso a bons programas de doutorado no exterior: EPGE, USP e CENDEC. Langoni passara pelo CENDEC antes de ir para Chicago.

Nessas circunstâncias, MHS partiu para uma solução salomônica. Langoni foi nomeado diretor da escola e Chico Lopes, diretor de ensino, cargo que, supostamente, lhe daria condição de exercer firme controle sobre os rumos do programa de pós-graduação.

Mas essa solução salomônica estava fadada a não funcionar. O arranjo deu lugar a um cabo de guerra permanente entre a “turma do Langoni”, de um lado, e Chico e Dionísio do outro.

Foi nesse quadro que fui contratado como professor pela EPGE, em meados de 1975. Duas vagas haviam sido abertas. E, dentro do arranjo salomônico, estabeleceu-se que uma delas deveria ser preenchida por um candidato indicado por Chico e Dionísio.

Com a minha chegada, o grupo de resistência à “turma do Langoni” foi ampliado em 50%. Passou de dois para três professores.

Mas o arranjo salomônico, que, supostamente, tinha MHS como fiador, logo chegaria ao fim. Cansado da sequência interminável de desentendimentos sobre a gestão do programa de pós-graduação, um belo dia Langoni decidiu testar a real extensão do suposto respaldo de MHS ao arranjo.

Como diretor da escola, simplesmente demitiu Chico Lopes do cargo de diretor de ensino, para ver o que aconteceria. E a verdade é que nada aconteceu.

Como ministro da Fazenda de Geisel, MHS tinha questões bem mais sérias para tratar. E qualquer expectativa de que a decisão do Langoni pudesse ser prontamente revertida, provou-se completamente infundada.

Isso nos deixou com enorme desalento sobre o projeto acadêmico que poderia ser desenvolvido na EPGE.

O que nos desagradava tanto nos rumos do projeto acadêmico da EPGE naquele momento?

Com frequência se mencionam divergências de ordem ideológica. Mas, olhando para trás, não acho que isso tenha tido tanta importância. Certamente as visões de mundo eram diferentes, mas as divergências sobre questões econômicas sempre foram muito civilizadas. Não me parece que tenham sido fator determinante da nossa saída da EPGE.

Outras dimensões, três pelo menos, foram bem mais importantes.

Em primeiro lugar, o projeto não nos parecia muito sério, do ponto de vista acadêmico. Achávamos que a contratação de certos professores havia sido pouco criteriosa.

Em segundo lugar, Langoni queria partir para a criação de um programa de doutorado, para reter os melhores alunos de mestrado. E isso nos parecia inadequado e prematuro.

Achávamos que uma das funções mais importantes da pós-graduação em economia no País, naquela época, era permitir que bons alunos de mestrado tivessem acesso aos melhores programas de doutorado disponíveis no exterior.

Foi essa convicção que, depois, aqui na PUC-Rio, nos levou a adiar por 15 anos, até 1993, a criação do programa de doutorado.

Ao longo de três décadas e meia, enviamos quase 160 ex-alunos de mestrado para programas de doutorado em universidades top no exterior. O link para a lista completa desses ex-alunos está disponível na página principal da homepage do Departamento. Mantivemos essa política, mesmo depois da criação do nosso programa de doutorado.

Em terceiro lugar, estávamos profundamente insatisfeitos com o processo decisório autocrático da EPGE. A FGV nunca foi uma universidade. Simplesmente abrigava atividades universitárias, como era o caso da EPGE, entre suas múltiplas atividades. Mas era uma instituição autocrática, sem a estruturação em órgãos colegiados, típica de uma universidade. E, em boa medida, Langoni havia herdado os poderes autocráticos que tinham sido conferidos a MHS pela presidência da FGV.

Para piorar as coisas, tudo isso se passava num momento em que o próprio País estava em meio à longa experiência autocrática do regime militar.

Foi com essas insatisfações que, afinal, aportamos os três na PUC-Rio, dispostos a criar um programa de pós-graduação que não padecesse dessas limitações.

Nosso desembarque na universidade não foi uma história só de flores. É natural que encontrássemos certa resistência, tendo em vista a postura um tanto arrogante daqueles três meninos pretensiosos.

Jorge Vianna Monteiro era diretor do Departamento. E Tomaz Schneider, além de professor em regime de tempo integral do Departamento, era Coordenador Setorial de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais.

O programa de mestrado teve de ser negociado às pressas com a Universidade, no primeiro semestre de 1977, antes mesmo da nossa transferência para a PUC, para que pudesse ser aprovado a tempo de participarmos do processo de seleção da ANPEC que teria lugar em outubro daquele ano. E para isso, o empenho do Tomaz e do Jorge foi crucial.

Nas negociações com o Departamento, foi fundamental a intermediação de pessoas que mantinham boas relações com o Jorge e Tomaz, que mal conhecíamos. Merecem destaque, pelo papel que desempenharam nessa intermediação, Luiz Roberto Cunha, Alfredo Baumgarten e Hamilton Tolosa.

Na verdade, Tolosa, que era diretor do IPEA, garantiu o apoio financeiro inicial que possibilitou nossa vinda para PUC-Rio.

Também importante, foi o decisivo apoio da ANPEC, que tinha Luis Paulo Rosenberg como secretário geral, e que se prontificou a destinar US\$ 10 mil, provenientes de uma doação da Fundação Ford, à criação do novo centro de pós-graduação.

Na verdade, nunca vimos a cor desses US\$ 10 mil. Mas isso não nos impediu de ficarmos muito gratos ao Luis Paulo. A simples promessa de que poderíamos contar com a doação havia feito muita diferença.

Selecionada a primeira turma, o programa de mestrado teve início em 1978. O começo foi um pouco tumultuado, porque em março de 1979, MHS foi nomeado ministro do Planejamento pelo presidente Figueiredo, e Dionísio e Chico decidiram ir para o governo. Chico, para o INPES/IPEA e Dionísio para a Finep.

Só pudemos aguentar o tranco da saída dos dois, ao mesmo tempo, porque o Departamento já tinha contratado outros professores.

José Márcio Camargo, Edmar Bacha e John Williamson haviam se juntado ao quadro de professores em regime de tempo integral, Pedro Malan havia se afastado do IPEA em licença sabática, para passar um ano no Departamento, e André Lara Resende, Eduardo Modiano e Fernando Saldanha estavam prestes a voltar do doutorado para também se juntar ao grupo.

E, logo depois, em meados de 1980, Persio Arida também se juntaria ao corpo de professores.

Na verdade, MHS durou poucos meses no cargo de ministro do Planejamento. Tendo sido nomeado em março, pediu demissão em agosto. E foi substituído por Delfim Netto, que vinha seduzindo o empresariado com uma receita diferente de política econômica.

Chico voltou ao Departamento em seguida. Dionísio demorou um pouco mais. Permaneceu na Finep por mais algum tempo. E ainda passou um período no INPES/IPEA antes de, afinal, retornar ao Departamento, como professor em regime de tempo integral, em março de 82.

Eu diria que os 10 anos que se seguiram foram o período áureo do Dionísio no Departamento. Ele havia voltado à universidade completamente desencantado com a ideia de participar do governo. E determinado a não repetir a dose. E, de fato, nunca mais voltou ao governo, não obstante as muitas oportunidades de ocupar cargos públicos que veio a ter até o final da vida.

Esse desencantamento com a ida para o governo, lhe trouxe, afinal, tranquilidade e convicção quanto à opção de se dedicar plenamente à carreira acadêmica. Foram anos de intensa dedicação ao Departamento em que ele se permitiu, inclusive, ser diretor, entre 85 e 87. Tendo em conta sua conhecida ojeriza por funções burocráticas, esse é um fato altamente revelador da extensão da sua dedicação à universidade naquele momento.

Foi nesse período áureo que Dionísio desempenhou papel fundamental na consolidação do Departamento como centro de excelência em ensino e pesquisa em economia, que logo passaria a ter grande influência na concepção da política econômica no País.

Foi um período em que o quadro docente voltou a ser ampliado com a contratação de Marcelo Abreu, Winston Fritsch, Pedro Bodin de Moraes, Gustavo Franco e Edward Amadeo.

No Departamento, Dionísio se destacava pela liderança intelectual, pelo amplo leque de questões que conseguia tratar com competência, pela lucidez de suas análises, pela incansável disposição para o debate e por seus dotes de educador e formador de talentos.

Tinha extraordinária capacidade de inculcar ambição intelectual nos alunos e de induzi-los a desenvolver visão mais ampla dos problemas que lhes interessavam. Uma qualidade que quem quer que tenha sido orientado por ele não terá deixado de admirar.

Por razões mais do que compreensíveis, a relativa tranquilidade sobre o acerto da sua opção por uma vida acadêmica começou a se esvaír no começo dos anos 90.

Com três filhos, dois deles ainda pequenos, cada vez mais apreensivo com a deterioração da sua saúde e incerto sobre por quanto tempo mais ainda poderia de fato trabalhar, aos poucos, passou a ver dedicação tão intensa à vida acadêmica como uma extravagância a que ele não podia mais se permitir.

Continuaria como professor do Departamento por muitos anos mais, até 2008. Já não contava com a paz de espírito que lhe havia permitido a dedicação intensa dos anos 80, mas continuou tendo grande importância no Departamento.

Jamais perdeu o fascínio pelo estudo e pela pesquisa na área de economia. Muito pelo contrário. A impressão que se tinha era a de que, entre suas atividades profissionais, era só isso que lhe dava prazer de fato. E, em face das restrições que a vida havia lhe imposto, se via penosamente obrigado a deixar muito menos tempo do que gostaria ao estudo e à pesquisa.

Foi um professor notável, que deixou marcas indeléveis. Consultem, no livro que está sendo lançado, a longa sequência de depoimentos de ex-alunos, de mais de uma geração, sobre cuja formação Dionísio teve grande influência.

É o que basta para perceber a importância do papel que desempenhou no extraordinário processo de modernização e racionalização da política econômica que teve lugar no País nos últimos 30 anos.

Muito obrigado.